

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARCOS PAULO PEREIRA FILHO

Trabalho Familiar e Modernização Periférica:
Os sitiantes na franja pioneira paulista na década de 1950

São Paulo

2024

MARCOS PAULO PEREIRA FILHO

Trabalho Familiar e Modernização Periférica:

Os sitiantes na franja pioneira paulista na década de 1950

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Filho, Marcos Paulo Pereira Filho

B334m Trabalho Familiar e Modernização Periférica: os sitiantes na
franja pioneira paulista na década de 1950./ Marcos Paulo Pereira
Filho; orientador Anselmo Alfredo - São Paulo, 2024.
50 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia.

1. Norte do Paraná. 2. modernização periférica. 3. sitiantes. 4.
café.. I. Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.

FILHO, Marcos Paulo Pereira. *Trabalho Familiar e Modernização Periférica: os sitiantes na franja pioneira paulista na década de 1950.*

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). Anselmo Alfredo

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Assinatura: _____

Prof (a) Dr(a). Carlos de Almeida Toledo

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Assinatura: _____

Ms(a). Renato Fujicava

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que do luto soube encontrar forças para me criar e lutar pelo meu futuro. Mesmo no meio da tragédia conseguiu educar duas crianças pequenas que ainda estavam descobrindo o mundo. Sem seus combates solitários dificilmente poderia ter tido todas as oportunidades que surgiram para mim.

Ao meu pai, que do luto da sua partida soprou alguns aprendizados na minha trajetória até aqui. De melhor amigo quando criança às lembranças ofuscadas, guardo sua presença nos meus gestos, gostos, curiosidades e, como um carimbo selado, seu nome. Agradeço pelo pouquíssimo tempo que tivemos juntos.

Aos meus professores do Colégio Santa Maria por provocarem em mim uma mudança radical na maneira de olhar para o mundo. Das suas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio notei que a realidade social demanda transformações radicais. Sou imensamente grato por ter tido a oportunidade de ter convivido com esses profissionais da educação.

Ao Anselmo, por desde o começo ter acreditado em mim e ter me ajudado na minha trajetória intelectual. Entrei na Geografia por uma pergunta simples, mas com respostas complexas: “O que é o Brasil?”. Quando assisti sua primeira aula, de Geografia do Estado de São Paulo, vi que aquele seria o professor que me ajudaria nessa jornada. Decidi fazer uma iniciação científica com ele e inúmeras respostas surgiram, dando sentido a minha formação como Geógrafo.

Ao meu grupo de amigos do Ensino Médio, que passaram a adolescência comigo nos mais diversos momentos, acompanhando até aqui minhas transformações. Agradeço ao Ferras, Pepe, Dô, Nick, Bells, Cravinhos, Libâneo, Scott, Tales e Bui. Das inúmeras festas, aos mais engraçados bares, até as viagens mais imprevisíveis, tenho a certeza que aprendi muito com todos vocês.

Dos amigos que fiz na faculdade, agradeço imensamente por ter encontrado a Luba, Luiza, Martin e Julio. Sinto que nossa proximidade vem de ter um pedaço de cada um em mim. Junto deles passei por um imenso processo de amadurecimento, que acompanharam do seu jeito e no seu tempo. Apesar das lembranças, rupturas e reciclagens, definitivamente não seria quem eu sou hoje sem me inspirar em cada um de vocês. Agradeço pela companhia e paciência.

Nesse último ano, agradeço pelos três amigos que fiz por acaso, mas que cultivei um companheirismo ímpar: Julio, Tera e Gab. Das nossas conversas e ironias até amanhecer, ou da nossa boemia fajuta, tivemos momentos atrapalhados que me fazem rir sempre que eu lembro. O Julio provavelmente vai rir dos meus agradecimentos canhestros.

Aos trabalhadores do trem, metrô, busão, da escola, universidade, condomínio e de todos os locais que frequento. Agradeço pelo seu trabalho puxado e pela correria para conseguir um lugar digno em uma cidade indigna. Sem vocês, que não conheço, também não conseguiria ter nem entrado por cinco anos no portão da universidade, quiçá terminar a faculdade.

Por fim, também agradeço pelo Matheus e sua assídua capacidade de interpretação do mundo. Nossas conversas me motivaram a dar meu máximo que conseguia para escrever essa monografia. Suas revisões dos meus textos, desde a Iniciação Científica, contribuíram muito para este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho de graduação individual buscou compreender o processo de divisão entre campo e cidade em uma realidade periférica, no caso o Brasil, na década de 1950. Concebendo a modernização capitalista como processo geral de mundialização do capital, justificado pelo seu caráter expansivo de valorização, a periferia atuou como o lugar necessário da produção de um *quantum* de valor que foi realizado externamente, nas áreas centrais do capitalismo, a expropriando das formações categoriais, como aquela que não acumula, isto é, se constituindo como negatividade. Nesse sentido, durante sua modernização, a partir da década de 1930, não se encontra uma acumulação capitalista que permita a formação de um mercado interno nos moldes clássicos, com uma cisão entre campo e cidade, mas uma que a produção agrícola dá suporte ao florescimento industrial. Nessa esteira, na década de 1950, esse processo se intensifica, mas agora com a reprodução industrial internacional, sobretudo norte-americana, que busca na periferia que seus capitais ociosos sejam absorvidos. Entretanto, para acessá-los, o país necessita das exportações dos produtos agrícolas para conseguir as divisas, em que os pequenos produtores do Norte do Paraná, com a produção cafeeira, se situam como os produtores necessários.

Palavras-chave: Norte do Paraná; modernização periférica; sitiantes; café.

ABSTRACT

This individual graduation thesis sought to understand the process of division between rural and urban areas in a peripheral context, specifically Brazil, in the 1950s. Conceiving capitalist modernization as a general process of global capital expansion, justified by its expansive nature of valorization, the periphery acted as the necessary space for producing a quantum of value that was realized externally, in the central areas of capitalism, expropriating the periphery from categorical formations, such as that which does not accumulate, i.e., constituting itself as negativity. In this sense, during its modernization, starting in the 1930s, there was no capitalist accumulation that allowed for the formation of an internal market in the classical sense, with a division between rural and urban areas, but rather one that required agricultural production to support industrial growth. In this context, in the 1950s, this process intensified, now with international industrial reproduction, especially American, seeking to absorb idle capital in the periphery. However, to access this capital, the country needed to export agricultural products to obtain foreign exchange, with small producers from Northern Paraná, through coffee production, positioning themselves as the necessary producers.

Keywords: Northern Paraná; peripheral modernization; rural landowners; coffee.

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela II</i> Participação na exportação por classe de mercadoria: 1953 -1955 (% em U\$).....	página 29
--	-----------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

<i>Gráfico I</i> Relação entre gastos e receitas nos EUA em bilhões de U\$ - 1947.....	página 31
--	-----------

FIGURAS

<i>Figura II</i> Ponte ferroviária sobre o rio Tibagi, entre Jataizinho e Londrina.....	página 41
---	-----------

<i>Figura 2</i> Família de Pioneiros em seu lote, 1932.....	página 46
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

<i>CCBPL S/A</i>	<i>Companhia Colonizadora Brasil Paraná Loteamentos S/A</i>
<i>CCSC</i>	<i>Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz</i>
<i>CMNP</i>	<i>Companhia Melhoramentos Norte do Paraná</i>
<i>CTNP</i>	<i>Companhia de Terras do Norte do Paraná</i>

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo I - Acumulação primitiva como simultaneidade histórica.....	16
1.1 A colônia como exclusivo metropolitano.....	16
1.2 Crise do trabalho escravo e surgimento do regime de colonato.....	20
1.3 A marcha pioneira cafeeira entre 1870 e 1930.....	22
Capítulo II - Modernização Nacional de uma realidade periférica.....	25
2.1 Entre o moderno e o atraso.....	25
2.2 A periferia como constitutiva do moderno.....	28
Capítulo III - Trabalho Familiar e Modernização Periférica: os sitiantes na franja pioneira paulista na década de 1950.....	34
3.1 Em busca do chamado Norte do Paraná.....	34
3.2 O Norte Velho, Novo e Novíssimo.....	35
3.3 Constituição do mercado de terras pela CTNP.....	39
3.4 De CTNP à CMNP: O comando dos brasileiros no mercado de terras.....	44
3.5 A Franja Pioneira Paulista.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1950 houve um debate entre duas correntes sobre o processo de modernização que o país passava. Nos salões da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, os professores e alunos José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Antonio Novais, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, entre outros, começaram a montar um grupo de estudos dedicado à leitura d'O Capital. Desse grupo, intitulado de “Seminários de Marx”¹, saíram algumas teses sobre a realidade brasileira. Por outro lado, entre os operários, liderados pelo Partidão (Partido Comunista Brasileiro), havia também os estudos sobre a formação brasileira, mas que apontavam conclusões distintas das propostas pelos intelectuais.

Para o Partido havia um setor “moderno” e outro “atrasado” da economia, representado pelos industriais dispostos a modernizar o país e os latifundiários, buscando conservar o caráter agrário-exportador da sociedade brasileira, se aliando ao imperialismo dos países centrais. Como conclusão lógica, era preciso se aliar aos industriais e aos partidários do desenvolvimentismo, na época aglutinados no Partido Trabalhista Brasileiro, para montar um pacto entre capital e trabalho, isto é, entre operários e industriais, formando uma frente democrática-nacional que iria modernizar o país e eliminar os resquícios de “atraso”. Os industriais, na leitura do movimento comunista, teriam um caráter “nacional”, de embate com o imperialismo, por esse impedir, dado o nível de produtividade dos países centrais (Estados Unidos e Europa), de desenvolver as forças produtivas brasileiras.

Contando com os operários e setores campesinos, seria possível, a partir da pressão popular, não suceder aos tentáculos das multinacionais, fortalecendo o mercado interno e superando a condição, chamada na época, de subdesenvolvimento. O programa, que supostamente seria apoiado pela burguesia industrial, contava com a reforma agrária para eliminar o latifúndio e organizar o mercado interno brasileiro para que os produtos industriais fossem consumidos.

Entretanto, ao longo da década de 1950 e, principalmente, na década de 1960, a reação das chamadas elites brasileiras frente aos avanços sociais que vinham sendo conquistados desembocou em uma aliança entre os chamados setores “atrasados” e “modernos” para impedir com que o país desse um salto de modernização com inclusão social. Em 1964, os militares organizaram um golpe com apoio de parcela da sociedade civil e botaram fim a

¹ Disponível em:

<https://www5.usp.br/noticias/ciencias/seminario-marx-marcou-epoca-com-nova-pratica-de-estudo/>.

Acesso em: 01/08/2024.

qualquer possibilidade de transformação social, demonstrando os erros da leitura do movimento operário da época.

Durante essas discussões, os intelectuais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências vinham apontando para uma contrarrevolução permanente das classes dominantes do país contra qualquer projeto que buscassem distribuir a riqueza socialmente produzida. Na periferia do capitalismo, ao contrário da formação social europeia, diziam, não havia uma modernização que se pautava pelo desenvolvimento das forças produtivas em todos os ramos produtivos do país, mas uma associação entre o “atraso” e “moderno”, que se sintetizava na recriação do “atraso” por parte do “moderno” e ao contrário também.

Francisco de Oliveira (2013) em Crítica à Razão Dualista demonstrou essa síntese, com o setor industrial, por exemplo, repondo a estrutura fundiária concentrada para que as famílias ao não serem proprietárias de terras, mas posseiras trabalhando nos latifúndios, produzissem alimentos com preços baixos que levariam à diminuição do custo da reprodução da força de trabalho (salário) dos trabalhadores urbanos. Ou o próprio setor industrial, pela sua baixa capitalização, optando por reproduzir o trabalho “informal” no setor de serviços para venda dos seus produtos industriais, ao invés do trabalho com carteira assinada.

Em suma, as leituras do Seminário criaram uma corrente teórica que se sustentava em compreender que o capitalismo brasileiro se reproduziria pela concentração de renda e exclusão social, na qual o setor dito “moderno” não tinha preocupações nacionalistas em transformar o país.

É nessa discussão teórica da metade do século XX que se encontra nossa monografia. Buscando compreender o processo de modernização em uma realidade periférica, tentamos, ao longo deste trabalho, demonstrar as particularidades em relação aos países centrais, na qual o setor agrícola possui importância fundamental na formação de uma realidade urbano-industrial.

Diferentemente das leituras do Partido ou dos intelectuais uspianos, compreendemos que a formação do capital, isto é, a acumulação primitiva, com a anexação territorial das colônias às metrópoles, se fundamenta na constituição de uma realidade moderna que tem como signo o trabalho abstrato. O capital se determinou de uma maneira mundial, demandando tanto para sua formação (acumulação primitiva) quanto para sua reprodução (Revolução Industrial), uma área (periférica) que realizaria a transferência de valor e, dessa forma, seria expropriada de formações categoriais, não se constituindo de maneira nacional,

mas vinculada ao desenvolvimento do capitalismo mundial. Dessa maneira, compreendemos que a periferia é aquela que não se acumula e, por isso, não se expressa como ausência, mas como parte da acumulação em seu caráter mundial.

Entendendo a não acumulação como parte dela e não ausência, os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas que se revelam com esse processo, em que o centro atinge um nível de produtividade (industrial) que a periferia não alcança (agrícola), apontam para compreensão de uma realidade que não possui resquícios de “atraso” ou de reposição do “atraso” pelo moderno, mas sua totalidade como parte fundante da modernização capitalista, que apesar das suas diferenças em relação ao desenvolvimento das suas forças produtivas, se classifica como uma realidade fundada no valor, e dessa maneira, estritamente moderna.

Compreendendo a realidade como totalidade social moderna, buscamos estudar as particularidades da formação de uma realidade industrial determinada pela produção agrícola, na década de 1950, apontando para o papel que os pequenos proprietários de terra tiveram para esse processo.

No primeiro capítulo, discutimos o caráter mundial e simultâneo da acumulação primitiva, concebendo a formação da colônia com um sentido de transferir valor para as metrópoles e acelerar o desenvolvimento industrial na realidade europeia, além do papel das expropriações dos laços comunais na Europa para formação do trabalho industrial e da divisão social do trabalho. Por fim, apresentamos como durante o século XIX não se forma, no país, uma realidade urbana-industrial, mas agrário-exportadora, com a extensão das fazendas de café ao longo do Oeste Paulista como expressão da unidade nacional que se constituiu.

No segundo capítulo, apresentamos duas leituras sobre processo social durante a década de 1950. Por um lado, Caio Prado Jr. com a formulação da realidade brasileira fundada na dualidade da economia nacional, entre o surgimento do “moderno” e as permanências do “atraso”. De outro, Anselmo Alfredo, concebendo a realidade capitalista como mundial e totalizadora, apresentando o caráter mundial da industrialização que o país passou durante o século XX.

Por último, no terceiro capítulo, discutimos o papel dos sitiantes do Norte do Paraná no processo de modernização periférica. Se nos países centrais houve uma divisão clara entre campo e cidade, na periferia, pelo seu caráter de não-acumulação, a indústria, pela sua baixa capitalização, demanda a reposição de valor para permitir sua reprodução ampliada. Para isso, encontrou na expropriação da renda agrícola a quantidade de valor necessário para isso, seja

pela exportação dos produtos agrícolas, formando as divisas para acessar os empréstimos internacionais ou pela formação de um mercado de terras que pelo pagamento do preço da terra transfere valor para as atividades industriais.

Capítulo I - Acumulação primitiva como simultaneidade histórica

1.1 A colônia como exclusivo metropolitano

A acumulação primitiva, como processo constitutivo da modernização capitalista, não se determinou, apenas, de modos nacionais, mas como processo mundial de valorização do valor, em que o capital transcende as esferas dos limites territoriais da Nação. Nessa perspectiva, há uma simultaneidade entre centro e periferia do capitalismo, na qual o valor produzido neste é realizado naquele, atribuindo à periferia o sentido de acelerar a industrialização dos países centrais. Isso, dito no período colonial se traduz na condição agromineral-exportadora da colônia, que seu objetivo é, com a escravidão, produzir um quantum de valor que permita a constituição da Grande Indústria europeia.

Pensando no entendimento da acumulação primitiva como processo social sangrento, Federici (2017) expõe as modalidades de trabalho presentes na constituição do capitalismo, que liderado pelas classes dominantes europeias em reação à crise pela qual o sistema feudal passava, criou o trabalhador moderno a partir das suas expropriações nas terras da Europa Ocidental, mobilização do trabalho escravo nas colônias e uso da servidão na Europa do Leste. Nesse sentido, a acumulação dita primitiva se constituiu pela mobilização da violência que a inauguração da produção capitalista demandava para dar um *salto de riqueza* e se apropriar, pelo roubo, das imensas riquezas socialmente produzidas e da força de trabalho campesina.

A autora, no seu livro *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação*, demonstra que para permitir a inauguração da valorização do valor, se utilizou métodos escravocratas inseridos dentro dos processos produtivos europeus, revitalizando um passado que o moderno sistema produtor de mercadorias buscava abolir. Apesar de sua limitação comparada ao trabalho colonial, é possível compreender a violência que media a formação do capitalismo como modo de produção geral e que determinou formas de exploração do trabalho distintas das de *livres como pássaros* (Marx, [1867] 2023). No Leste da Europa também buscou a utilização de métodos de exploração da força de trabalho que não se caracterizavam pelo assalariamento do trabalho, mas pela exigência do uso da servidão na agricultura que estava inserida na reprodução capitalista a nível mundial. Entretanto, a maximização da exploração da força de trabalho pelo uso, ainda que limitado, da mão de obra escrava e do servo,

demonstrou suas limitações lógicas por impor a impossibilidade da reprodução da força de trabalho e minar as bases da reprodução capitalista.

Na formação da força de trabalho na Europa Ocidental a utilização do horror se deu como maneira para expropriação do trabalho comunitário e disciplinarização do trabalho necessário para realização do dispêndio de cérebros e músculos a partir das guerras e das Reformas Religiosas. A guerra, aqui, no processo de germinação do capitalismo, atua como maneira pela qual os Estados encontraram para superar as crises que passavam, buscando anexar territorialmente outras áreas, promovendo devastações, mortes, epidemias e, portanto, campos de cultivo para realização da produção capitalista. Do lado da reverência, o sacrilégio econômico atuou com o confisco das terras da Igreja por parte dos Estados, onde os contratos de arrendamento para os camponeses eram suspensos e suas terras apropriadas pelas classes altas. Dentro desse quadro, os cercamentos ingleses também serviram, na Inglaterra, como maneira de expropriação dos camponeses pela sua separação forçada dos laços comunitários que determinavam a sociabilidade camponesa, principalmente no que se refere às áreas de uso comum, que foram gradualmente apropriadas de maneira privada pelo nevoeiro econômico que vinha atrás das neblinas eliminando o caráter comunitário existente na Europa.

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criam para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (Marx, 2023, p. 979).

Se por um lado, na formação do capitalismo, os camponeses na Europa vinham sofrendo um intenso processo de expropriação, por outro lado, as colônias que vinham se estabelecendo desde o século XVI, com suas vastas áreas, poderiam servir para sua imigração e voltarem a ser produtores diretos. Dessa perspectiva, Marx [1867] (2023) no capítulo XXV *A Teoria Moderna da Colonização*, aponta para os mecanismos legais criados para que a colônia não servisse como área para imigrações de assalariados europeus que buscavam retomar a condição de produtores diretos, permitindo uma diminuição do exército de reserva industrial europeu e o florescimento de novas relações produtivas no seio da colônia. Como área recheada de terras livres, a colônia, se não tivesse estabelecido mecanismos de coerção, poderia alterar os rumos da acumulação capitalista constituída pela indústria europeia. A

forma encontrada para barrar esse processo foi as imposições de não acesso à terra, pela sua monopolização pelas metrópoles, seja mediante o estabelecimento de preços artificiais altíssimos, impedindo a compra da terra, ou o seu acesso apenas pelas doações metropolitanas, determinando a ocupação apenas para produtores que estivessem atrelados ao desenvolvimento capitalista em seu plano mundial. A condição da colônia é impor o monopólio da terra que permita a valorização mundial do valor.

Em *O sentido da colonização*, Caio Prado Jr. (1954) demonstra que a formação do Brasil está relacionada com a orientação das atividades marítimas e comerciais do Reino português. A expansão europeia ultramarina se configura com o desenvolvimento do comércio europeu e a sua ocupação com a anexação territorial da porção do território distante ao Reino, em que seu *sentido* era a produção de mercadorias necessárias para abastecê-lo. A partir do *exclusivo metropolitano* (Novais, 2008), isto é, do monopólio da comercialização das mercadorias agrominerais da colônia, o valor produzido era realizado na Europa pela intermediação do capital comercial metropolitano no comércio internacional.

O capital, como inexoravelmente expansivo, faz com que sua acumulação adquira um caráter mundial para permitir o desenvolvimento das suas forças produtivas. Há, portanto, uma constituição do mundo como moderno, que apesar de suas particularidades em relação à produtividade distribuída territorialmente, se enquadra no sistema produtor de mercadorias. A inauguração do moderno na periferia (colonial) se determinou, portanto, por relações de trabalho distintas daquelas observadas no centro (metrópole). Enquanto havia na Europa a formação dos trabalhadores assalariados, aqui o trabalho era cativo, já que o uso da escravidão se apresenta como necessária para a reprodução ampliada do capital em seu caráter mundial.

Aqui é importante salientar o caráter datado historicamente da acumulação primitiva, entre o século XIV e XIX, quando se dá a Revolução Industrial. Seu caráter primitivo se enquadria dentro dos pressupostos da formação do capital, ou seja, das suas categorias (lucro, salário, capital, trabalho, renda da terra etc), na qual o intenso processo de expropriação dos laços comunais na Europa se apresentam como necessários para, a partir da formação do trabalho assalariado, permitir com que haja a reprodução ampliada e, portanto, a constituição do valor como fundamento da sociabilidade capitalista. Nesse escopo, entretanto, no século XIX, apesar da formação do trabalho industrial, a reprodução do escravismo na periferia, até a segunda metade do século, demonstrou ser fundamental na transferência de valor.

O uso da mão de obra escrava dificultou a formação do mercado interno nas colônias por transferir o valor produzido pelo escravo, impedindo um desenvolvimento das forças produtivas que alargaria a divisão entre campo e cidade, assentando, dentro das atividades produtivas, uma incipiente divisão do trabalho. O fluxo monetário se realizava da colônia para a metrópole, permitindo que as relações coloniais se baseassem em laços não exclusivamente monetários, na qual o escravo produziria os bens necessários para reposição da sua força de trabalho (Furtado, 1991). Não ocorria a especialização das atividades produtivas, que seriam incentivadas pela mobilização da extração de mais-valor relativo a partir do uso da mão de obra livre, produzindo um *quantum* de valor distribuído de acordo com as posições de cada sujeito dentro das classes sociais a quais estão inseridas.

Desse modo, a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 2023, p. 818).

O ponto de partida para a caracterização da *economia colonial* é o sentido mais profundo da colonização e o mecanismo de base das relações metrópole-colônia.(...) no fundo e no essencial, a expansão européia, mercantil e colonial, processa-se segundo um impulso fundamental, gerado nas tensões oriundas na transição para o capitalismo industrial: *acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento, não presente em todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo* (NOVAIS, 2008, p. 92, destaque nossos).

Até 1888, apesar da baixa produtividade da utilização do trabalho escravo em relação ao trabalho livre, o escravismo se justificava, em parte, pela orientação econômica do país servir para modernização europeia - demandando o não acesso à terra para constituir esse processo - mas também pela lucratividade do tráfico negreiro que permitia a transferência de valor que seria realizado nas nações que organizaram esse comércio. Ao contrário da atividade produtiva baseada no assalariamento, onde o valor da mercadoria força de trabalho é paga após a realização das mercadorias que ele produziu, no escravismo moderno há a necessidade de antecipação de certa quantia de valor na compra do escravo que ainda não produziu determinada mercadoria, especulando seu preço a partir da sua produtividade e também do monopólio do comércio de escravos (Novais, 2008). Dessa maneira, o comércio escravista era uma fonte constante de transferência de valor antecipado para as metrópoles coloniais, superado apenas com a cristalização da Revolução Industrial e a necessidade das antigas

colônias em absorver parte dos capitais, nas suas duas formas, mercadorias e monetárias, da sobreacumulação que afeta o centro do capitalismo, sobretudo do capitalismo inglês. A utilização do trabalho escravo cumpria a função de reprodução ampliada ao estágio no qual o capitalismo se encontrava, não entrando em contradição com o princípio universalista jurídico posto pela modernização, - de homens “livres” vendedores de sua força de trabalho - sendo, na verdade, sua consequência (Kurz, 2003). O princípio universalista se funda naqueles que são selecionados a serem sujeitos do valor (homens, brancos) que passaram por um filtro ideológico identitário, estando aptos por suas supostas capacidades cognitivas e físicas. O negro, escravizado, por outro lado, era classificado como uma mercadoria, não como sujeito do valor e do jurídico portador de direitos universais, mas *sujeito para o valor*. Aqui o universal, “livre”, é constituído como negativo, portanto, como “não-livre”.

1.2 Crise do trabalho escravo e surgimento do regime de colonato

A partir da segunda metade do século XIX, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre utilizado na expansão da produção cafeeira paulista regulou os fatores produtivos para que permitisse a permanência de uma acumulação que mantivesse alta a taxa de exploração da força de trabalho. A maneira encontrada pelos fazendeiros foi a utilização do trabalho familiar na produção das fileiras dos cafezais, permitindo a produção dos alimentos para autoconsumo intercalado aos pés de café, diminuindo o custo da reprodução da força de trabalho (Stolcke, 1986). A Fazenda Ibicaba, do Senador Vergueiro, no Oeste Paulista, inaugurou esse regime de trabalho caracterizado como *colonato*. As famílias imigrantes européias se estabeleciam nas fazendas para realizar o trabalho necessário no trato e colheita do café, enquanto outras atividades subsidiárias eram realizadas por trabalhadores assalariados. O colonato, aqui, aparece como necessário para que houvesse a reprodução das fazendas de café. Em um primeiro momento, a imigração das famílias era paga pelos fazendeiros, que depois cobravam com juros o pagamento da viagem e estadia das famílias, as endividando e mantendo presas à fazenda, permitindo uma altíssima taxa de exploração da força de trabalho. Com a fiscalização das embaixadas europeias, principalmente a italiana (de onde vinha boa parte das famílias para trabalhar nas fazendas), e a mobilização das famílias, foi suspenso esse modelo de imigração, que passou a ser subvencionada pelo Governo Brasileiro, socializando os custos entre toda a população. O empreendimento capitalista

capitaneado pelos fazendeiros a partir da década de 1870 com o colonato se constituiu como a maneira - depois das mais variadas tentativas desde 1850, como o fracasso do sistema de parceria² - encontrada para permitir *certa* acumulação que permitisse baixa a remuneração do trabalho. O colonato, principalmente a partir da imigração subvencionada, serviu para diminuir os custos do fazendeiro. Apesar de pagar uma quantia fixada pelo trato e colheita do café, a possibilidade de plantar meios de autoconsumo formavam uma inversão dos fatores: não eram os fazendeiros quem pagava os trabalhadores, mas os trabalhadores que pagavam, em trabalho, os fazendeiros (Martins, 2010).

De acordo com José de Souza Martins (2010), a partir de 1850, com a Lei de Terras, que permitia o acesso a terra apenas mediante o pagamento e não pela posse, buscou-se manter a estrutura fundiária concentrada, de fazendas e latifúndios, impedindo a distribuição de terras para ex-escravos e imigrantes, criando uma população expropriada da terra que serviria para trabalhar nas fazendas de café. A Lei de Terras serviu como aparato jurídico necessário para impedir o acesso à terra, obrigando os imigrantes a se instalarem nas fazendas de café, além de condicionar o sentido exterior da economia brasileira como condição da realidade econômica do país, isto é, “*preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter* (MARTINS, 2010, p. 28)”. Manter a estrutura fundiária concentrada era a maneira pela qual, a partir da crise do trabalho escravo, de regular o fornecimento da força de trabalho importada na forma apresentada como *colono*. Buscava, nesse sentido, regular um exército de reserva para permitir um padrão de acumulação caracterizado pelos altíssimos níveis de concentração de renda.

(...) O projeto [Lei de Terras de 1850] (...) inspirava-se na suposição de que, numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas (COSTA, 2010, p. 178-179).

Nesse contexto, Emília Viotti da Costa (2010) apresenta as modificações no acesso à terra no Brasil depois da promulgação da Lei de Terras de 1850. Se antes o seu acesso derivou da ocupação da terra ou das doações feitas pela Coroa para formação das sesmarias, a partir de 1850 se instaura o regime da propriedade privada da terra no país. Antes, a aquisição de um

² cf. STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

lote de terras passava pela solicitação de uma doação pessoal que era decidida pelo Rei, que mediante o seu julgamento, a partir do status social dos que solicitaram, permitia a concessão de terras ou não. Havia, em certo sentido, limitação da expansão da produção agrícola ditada pela renda da terra pelos mecanismos jurídicos estabelecidos para que frações dessa renda fossem absorvidas externamente, como demonstradas anteriormente pelo *sentido* que a economia colonial adquire.

O pagamento para o acesso à terra a partir de 1850 serviu também, para além de criar uma superpopulação relativa, para subsidiar as imigrações dos trabalhadores livres que vinham da Europa Ocidental. A partir do pagamento do preço da terra instituído, que variava de acordo com o seu potencial de valorização, o Estado poderia financiar as imigrações.

O colonato, como anteriormente mencionado, foi a forma encontrada pelos fazendeiros para substituir o modelo adotado a partir da utilização do trabalho escravo, que vinha mostrando sinais de esgotamento por conta da crise do tráfico negreiro, ocasionada principalmente pela pressão inglesa de suspensão do comércio de escravos. Os contratos de trabalho eram estabelecidos junto aos colonos, normalmente, durante quatro ou cinco anos, organizando o trabalho pela possibilidade do plantio intercalado das culturas necessárias para o autoconsumo entre os pés de café e o pagamento de um salário pela quantidade de pés de café tratados e colhidos.

1.3 A marcha pioneira cafeeira entre 1870 e 1930

Durante o período que se estabelece a Primeira República no Brasil (1889-1930), o café tornou-se a mercadoria principal do país, pautando suas exportações a partir do aumento e diminuição da produção cafeeira, que estava atrelado ao seu consumo mundial em decorrência do processo de formação da Grande Indústria ocidental. Por conta disso, houve um aumento na expansão da sua produção pela porção do território paulista, que por seus aspectos físicos e sociais, isto é, pela fertilidade do seu solo e pelo uso da mão de obra livre, permitiram um aumento da produtividade que estava em consonância com as exigências econômicas (exportação) e políticas (fim do trabalho escravo) externas. Há, também, nesse período, o início das exigências de consumo determinadas pelas classes sociais de homens livres monetizados e, principalmente, das classes urbanas e rurais mais abastadas. Nesse sentido, o café se tornava elemento necessário para, a partir de sua exportação, acessar as divisas necessárias para importação das mercadorias manufaturadas para o consumo interno

(Prado Jr, 2017). Aqui, a reprodução ampliada possui como fundamento seu caráter mundial. O capital, por drenar os valores produzidos na colônia, impossibilitou certa acumulação “nacional” que permitiria uma divisão social do trabalho autônoma, determinada pelas exigências internas. Ao contrário, estabelecem-se as trocas desiguais necessárias para a reprodução social capitalista. Apesar do fim do monopólio comercial, durante as trocas entre agricultura e manufatura havia, por conta do tempo de trabalho industrial colocado de maneira mundial, transferência de valor da periferia para aqueles países.

De 1870 até 1930, Pierre Monbeig (1984) compreendeu a expansão da produção cafeeira como marcha pioneira. O povoamento do assim chamado Oeste Paulista se deu a partir de métodos “primitivos”, com posseiros abrindo as matas virgens, limpando e preparando o terreno e a utilização, por parte dos fazendeiros, do trabalho manual para realizar as atividades relacionadas ao café. As fazendas de café eram caracterizadas por sua baixa composição orgânica do capital e pela busca constante de novas terras férteis. A produção cafeeira durante a segunda metade do século XIX e começo do século XX, se organizava com baixos níveis de investimento no aumento da sua produtividade, dependendo da incorporação da ampliação do uso das terras férteis para acessar a renda da terra. As condições naturais e o uso extensivo do trabalho humano eram a maneira como se realizava a reprodução ampliada na economia cafeeira.

A expansão da produção cafeeira ao chamado Oeste Paulista, para além da região de Campinas, converge com a reprodução ampliada do capital a nível mundial, sendo o momento da realização do valor excedente dos ditos países centrais. A marcha do café, apesar das sucessivas crises do seu preço internacional, se manteve constante pela interiorização paulista até 1930, contando com investimentos internacionais que possibilitaram sua sucessiva expansão. A partir de capitais, sobretudo ingleses, houve aumento dos investimentos na produção cafeeira e na modernização da infraestrutura necessária para seu escoamento. A produtividade que tinha sido atingida nos países centrais, nesse momento, ainda europeu, levou à desvalorização do valor produzido que não encontrava internamente sua realização. Lenin (2012), demonstra que a partir da segunda metade do século XIX, o capitalismo entra em nova fase, agora monopolista, que se caracteriza pela exportação de capital. O desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais levou ao excedente de capital que se acumulava e, ao não ser reinvestido no processo produtivo, se desvalorizou. Os países de caráter imperialista, nesse sentido, ao encontrarem, na periferia, taxas de extração de

mais-valia mais altas e matérias primas baratas, investem no processo produtivo desses países, buscando melhores taxas de lucros. Aí, o café, como centro dinâmico da economia dita nacional, se encontra com o capital internacional e, ao valorizar o valor que se desvaloriza, continua a realizar, de certo modo, parte do seu valor externamente. Nos financiamentos à expansão das produções de café, há a mobilização de capital internacional para possibilitar a modernização dita “nacional”. Pelos seus baixíssimos níveis de acumulação de capital, era preciso que os sujeitos-proprietários e as próprias instâncias governamentais buscassem investimentos externos.

O papel da mobilização do trabalho livre aparece como início da germinação de um processo que se acelera a partir da década de 1930, a transição de uma acumulação agro-exportadora para urbano-industrial, que será discutida no próximo capítulo. Por enquanto, é necessário salientar que a formação do mercado interno nacional passa por mudanças, já que as relações sociais começam a adquirir laços monetários. Apesar de ainda incipiente, o colonato se mobiliza a partir da retenção, ainda que pequena, de parte do valor criado na lavoura, permitindo a compra de mercadorias que não produzia. A diferença fundamental, entretanto, entre aqueles assalariados e os colonos é que, apesar da existência do salário e a possibilidade da venda do excedente da produção para o autoconsumo, sua reprodução social não é determinada *inteiramente* pelas mediações das mercadorias.

Capítulo II - Modernização Nacional de uma realidade periférica

2.1 Entre o moderno e o atraso

Como dito anteriormente, o processo de acumulação posto mundialmente pelo capital determinou uma área, periférica, como aquela que não atinge o tempo industrial médio de trabalho posto pelo centro, no caso, a realidade europeia. Aqui, o nacional aparece como fetiche necessário para justificar um processo que se constitui como negativo, na qual encontraria, supostamente, no lapso temporal, a possibilidade de superar essa condição, permitindo uma acumulação autônoma do capital. Essas interpretações fetichistas encontram lastro nas publicações de alguns autores brasileiros do século XX, na qual Caio Prado Jr. se inscreve, a partir das suas obras, *A Revolução Brasileira* (2014) e *História Econômica do Brasil* (2012), discutindo as permanências daquilo que chamou de *atraso* e *moderno* no processo social brasileiro, que impediria uma acumulação de caráter nacional que realizaria a transformação qualitativa da sociedade brasileira, permitindo que se atingisse o tempo industrial médio posto pelos países ocidentais.

Apesar das suas contribuições sobre o debate no seio do movimento operário da época sobre a existência de restos feudais ou não no país, compreendendo acertadamente que a colônia já nasce como moderna e atribuída de um sentido, o historiador marxista apresenta uma leitura positiva da formação do trabalho na periferia. Para ele, haveria a formação de um capitalismo brasileiro que estaria relacionado com o desenvolvimento das forças produtivas europeias, que impediram um desenvolvimento autônomo, personificado na burguesia que não adquire um caráter nacional por estar associado com o desenvolvimento do capitalismo ocidental. Nesse sentido, a formação das classes sociais no país atribuíram um sentido lógico às camadas operárias e camponessas como sujeitos revolucionários que deveriam liderar um processo de modernização nacional³. A acumulação dita brasileira, portanto, não teria se

³ Caio Prado Jr, como um integrante do movimento operário do século XX, compreendia a realidade a partir dos pressupostos do marxismo tradicional, na qual a explicação do capitalismo se encontra entre a disputa de duas classes, proletários e capitalistas, que no seu embate histórico promove mudanças na maneira como se realiza a acumulação. Neste sentido o sujeito da transformação social seria aqueles que, logicamente, ao serem explorados, isto é, não acessarem a riqueza abstrata produzida, iriam liderar o processo radical de destruição do capitalismo e inauguração de uma sociedade sem classes. Aqui, entretanto, há uma leitura, de acordo com Kurz (2003), que se inspira na ideia de indivíduo posto pelo Iluminismo, aquele que possui consciência do processo social. Jappe (2006) e Kurz (2003), por outro lado, apontam para as classes serem uma dedução lógica para permitir a valorização, na qual assalariados e capitalistas são meras personificações do capital, subordinadas ao valor, atuando como verdadeiros sujeitos automáticos, que são conduzidos pelo seu objeto.

realizado para a modernização das suas relações sociais, mas para permitir o aumento da produtividade europeia e em um segundo momento, norte-americana.

Para o autor, o nacional é visto como sinônimo de uma economia *para dentro*, que era substituída por outra *para fora*, atendendo aos interesses estrangeiros. Apesar da Independência do Brasil, o fim do trabalho cativo, uso do trabalho livre e início da República, a economia nacional teria continuado a se mobilizar pela transferência de valor para os países centrais. A estrutura produtiva brasileira, hegemonicamente agrária e exportadora, dificultaria a formação do mercado interno. Seu caráter extensivo e exportador criava “ilhas” de produção distribuídas pelo território nacional, que não se articulavam entre si.

Como no passado, a produção agrária continua compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, com um gênero para cada uma; e desenvolvendo-se cada qual independentemente das demais e voltada inteiramente para fora do país, isto é, para exportação. É como se fossem diferentes unidades econômicas mais ou menos acidentalmente reunidas no corpo de uma só nação e levando vida à parte (PRADO JR, 2012, p. 225).

Mesmo com a Revolução de 1930 e o início da modernização supostamente nacional, não haveria a complementaridade entre agricultura e indústria, pelos seus *sentidos* de produção distintos. O meio rural se mobilizou pelo seu caráter agrário-exportador, que ainda possuía os resquícios coloniais, da concentração da propriedade fundiária e a falta de articulação com o mercado interno, enquanto que a indústria se concentrava para produção interna.

Mas o que sobretudo dificultava o estabelecimento da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, cuja amplitude encontra na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprir (...). O nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isso ainda se agrava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas uma das outras e desarticuladas pela falta de transporte. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltavam para o exterior, impedia a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis (PRADO JR, 2012, p. 258).

A realidade econômica brasileira, em Prado Jr (2014), durante o período de industrialização no país, se caracterizou pela dificuldade de modernização nacional. A *nação*, aqui entendida como desenvolvimento das forças produtivas, não atinge o tempo social médio de produção mundial. Haveria, a partir da segunda metade do século XX, com a transição de

uma economia agrário-exportadora para uma urbano-industrial, a germinação de uma “sociedade nacionalmente organizada” (Prado Jr, 2014), que buscou superar o sentido colonial dado para o conjunto da sociedade brasileira, mas que apesar de seu caráter progressista, continuava a reproduzir os entroncamentos que impedia um revolucionamento da produção.

Prado Jr, entretanto, como apontado, compreendia que o processo de industrialização liderado pela burguesia industrial pós década de 1930, não se constituía como uma modernização independente, mas na qual o imperialismo, com seus mecanismos de manipulação, continuava a ditar a produtividade brasileira. A formação do mercado interno brasileiro estaria relacionada com a implantação, pelos trustes internacionais, de suas subsidiárias no país, que permitiriam uma extração de valor em que o nível da composição orgânica do capital e as taxas de mais-valia forneciam, na forma dos royalties, maior remuneração dos capitais estrangeiros. Se antes o velho sistema colonial servia para abastecer as economias internacionais, durante o século XX, no auge desenvolvimentista, haveria uma renovação desse *sentido*, agora na figura da indústria. A economia ainda se caracterizaria pelo seu fornecimento de mercadorias para os países centrais pela agricultura, necessária para geração das divisas internacionais, que pagariam as importações brasileiras e, o restante, permitiriam o lucro dos trustes internacionais aqui instalados e determinavam o ritmo do desenvolvimento das forças produtivas no país. As contas internacionais no país, dessa maneira, se organizaram pelo fluxo de entrada e saída de capitais estrangeiros na economia, levando aos desequilíbrios na balança comercial brasileira. Aqui, o financeiro atua na organização da economia brasileira, demonstrando um caráter dependente dela em relação à economia mundial.

O problema, entretanto, se constitui em não apreender que o “atraso” é constitutivo do moderno, portanto ele *em si é moderno*. A industrialização brasileira não possuía um caráter nacional porque era ditada pela produtividade mundial, sobretudo o capitalismo Norte-Americano, que ao sobreacumular encontra na periferia o momento necessário para absorção do seu capital excedente, demonstrando que há uma simultaneidade entre centro e periferia e que a acumulação se estabelece mundialmente.

Francisco de Oliveira, em Crítica à Razão Dualista (2013), aponta, por outro lado, que o regime de acumulação determinado pela indústria, que intensificou a produção industrial no Brasil pode se realizar exatamente pela associação do “atraso” com o “moderno”, com esse estruturalmente reponde aquele e vice-versa. A reprodução capitalista brasileira se

determinaria por uma altíssima concentração de renda e por particularidades em relação ao modelo clássico, europeu, de desenvolvimento capitalista. Aqui, a regulação dos fatores de produção, notadamente a formação do trabalho assalariado, seriam induzidos pelo Estado ditatorial varguista que buscava impulsionar uma acumulação industrial, formalizando os trabalhadores dentro de uma carta trabalhista, regulando o exército de reserva que permitiria uma dada acumulação. Para além disso, a associação entre produções realizadas pelos trabalhadores para seu autoconsumo levariam a diminuição dos custos da reprodução da sua força de trabalho. Dentre elas, se caracterizaria a autoconstrução, na qual os operários, mediante mutirões, construíram suas próprias casas, retirando dos custos do salário a necessidade de se acessar a moradia urbana. O padrão de acumulação da indústria também demandava uma agricultura extensiva, que permitiria o rebaixamento dos salários urbanos, pelos *custos baixíssimos de reprodução da força de trabalho na agricultura*, proporcionando alimentos baratos que seriam consumidos pelos novos proletários. A agricultura, também, serviria como constante exército de reserva, pelas levas de migrantes que se amontoavam na cidade buscando acessar o trabalho industrial. Nesse sentido, para o sociólogo, o capitalismo no Brasil se reproduziria de forma anômala, seria um *ornitorrinco*, aquele que é moderno mas não possui as qualidades deste.

2.2 A periferia como constitutiva do moderno

Anselmo Alfredo (2013) apresenta outra perspectiva, distinta daquelas que compreendiam o arcaico como obstáculo para uma modernização propriamente nacional, ou da associação entre arcaico e moderno como forma de ser do nacional. Para o autor, o “atraso” se constitui como produto do moderno, portanto ele mesmo atua como moderno⁴, em que há particularidades na forma de ser da periferia em relação ao centro, mas que se enquadram na valorização mundial do valor.

A partir de 1930, há a busca de uma unidade nacional que seria posta pelas mediações da forma-valor como maneira de sociabilidade interna, liderada exclusivamente pela produtividade urbano-industrial. O Estado seria aquele que organizaria os fatores de produção

⁴ Entendemos por “moderno” o nível do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a atividade produtiva mediada pela produção de valor. Nesse sentido, se a acumulação primitiva e, portanto, a economia, possuem um caráter mundial, quando se forma a colônia, durante o período mercantilista, ela já surge entrelaçada nos sentidos da acumulação capitalista, apesar do seu nível mais baixo das forças produtivas. Nesse sentido, “moderno” ou “atraso” são dualidades que, na verdade, são o mesmo produto do processo social: a produção de mercadorias.

para permitir uma acumulação industrial que levaria a uma superação da condição atrasada, isto é, agrícola, inserindo o país dentro dos ditos modernos da sociedade industrial. A problemática se insere, entretanto, na atuação do Estado como provedor de uma realidade que não se constitui nacionalmente, apenas de maneira negativa, expropriada de suas formações categoriais. Atuaria, nesse sentido, como fetiche do moderno, sobrepondo a formação industrial a uma realidade que se forma pela produtividade agrícola, buscando fundamentar uma realidade que não existia. A busca pela nacionalização da economia a partir de pressupostos industriais em detrimento da realidade agrária (Alfredo, 2013), vela a agricultura como afirmativa do dito nacional e ramo produtivo que possibilita o florescimento industrial no país. Vejamos mais a fundo como se coloca a problemática da *modernização periférica*.

A unidade entre centro e periferia, determinada pelo tempo de trabalho mundial industrial que coloca essa como a que transfere valor para aquela, a partir das trocas internacionais, impede, como dito anteriormente, uma acumulação interna, autônoma, ditada pelos pressupostos nacionais. Neste sentido, o processo de modernização a partir da década de 1930, que culmina na divisão social do trabalho, não se determina por uma acumulação cafeeira que passou por um desenvolvimento das forças produtivas que permitiu uma divisão nos moldes clássicos. Sua crise demonstrou os limites de uma acumulação interna, em que a indústria não iria repor aquilo que já estava posto, isto é, a acumulação como caráter negativo, a não-acumulação.

A crise da acumulação cafeeira na década de 1930 e o início da modernização da economia nacional conduzida pelo Estado levou a buscar soluções que permitissem com que o país alcançasse a industrialização. Uma de suas políticas foi a formação de um mercado de terras que se formava a partir das antigas fazendas de café que não se mantiveram com a crise, encontrando no seu parcelamento e, portanto, venda de sítios, sua possibilidade de encontrar alguma remuneração. Os antigos colonos que trabalhavam nas fazendas agora compravam um pedaço de terra e se transformaram em pequenos proprietários, mas tinham seus rendimentos expropriados, já que a produção de mercadorias agrícolas ali produzidas serviam para o pagamento da terra comprada. Dessa maneira, a forma encontrada para financiar a formação de um mercado interno, na década de 1930, não foi a partir da transformação de uma realidade agrária para uma urbana, mas utilizando a produção agrícola como suporte para permitir a formação da indústria. A germinação urbano-industrial no Brasil se determinou a partir da realidade agrária, sobretudo com o início da formação de um mercado de terras

(Alfredo, 2013). A modernização dita periférica, portanto, ocorreu de maneira inversa à modernização clássica. Essa realidade impôs determinou uma expansão, de maneira simultânea, da produção agrícola e industrial.

Dessa perspectiva, em 1930 temos o início da industrialização no Brasil, mas que apenas vai se efetivar, no sentido da participação da produção industrial na economia, a partir da década de 1950, que é quando há a internacionalização da indústria mundial, que busca na periferia a produção de valor que não encontra mais no centro, por conta da sua crise de sobreacumulação, que veremos adiante. No entanto, a agricultura continua tendo papel fundamental na pauta de exportação da economia brasileira, já que para acessar esses capitais continua sendo necessário a formação de divisas, que só seria possível com os produtos agrícolas. A partir disso, é possível visualizar nas tabelas abaixo esse processo de exportação dos produtos primários e importação, principalmente de máquinas, dos países centrais do capitalismo.

Tabela 1| Participação na exportação por classe de mercadoria: 1953 -1955 (% em U\$)

Ano	Gêneros alimentícios e bebidas	Matérias primas em bruto e preparadas	Maquinaria e veículos
1953	80,34	18,90	0,02
1954	73,78	25,28	0,09
1955	71,76	26,66	0,02

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em: 16/07/2024.

Tabela 2| Participação na importação por classe de mercadoria: 1953 -1955 (% em U\$)

Ano	Gêneros alimentícios e bebidas	Matérias primas em bruto e preparadas	Maquinaria e veículos
1953	21,55	27,40	30,69
1954	15,17	28,72	20,05
1955	16,60	30,50	30,05

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em: 16/07/2024.

Para compreender a industrialização do país na década de 1950, é preciso apresentar o nível de aquecimento da economia mundial, principalmente da norte-americana, que vinha com um rápido desenvolvimento das forças produtivas, levando a uma acumulação capitalista que vinha formando capitais excedentes.

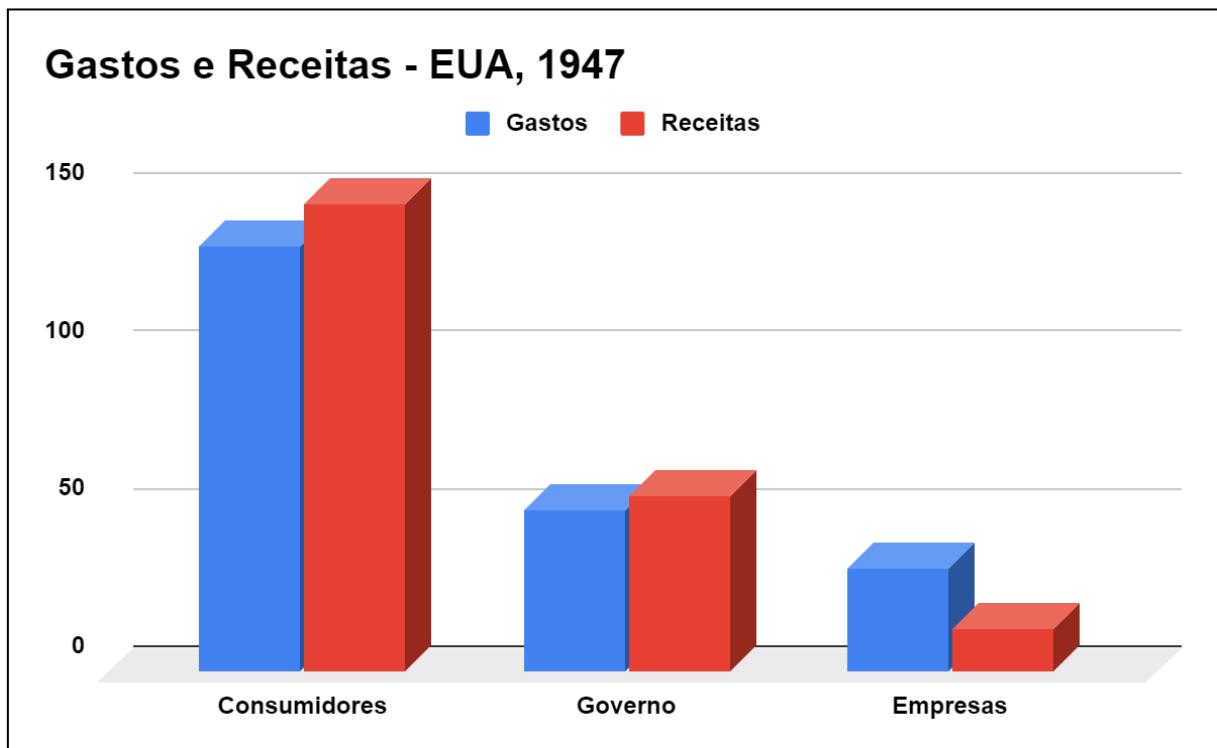
No entreguerras, com o desenvolvimento das forças produtivas Norte Americana, há uma mudança na acumulação capitalista mundial, que passou a ser ditada pelo trabalho industrial estadunidense, na qual sua expansão internacional foi necessária para valorizar seus capitais ociosos, decorrente da sua crise de sobreacumulação. Induzindo o capitalismo mundial, era necessário estabelecer um novo parâmetro de trocas internacionais, pelo desequilíbrio da sua economia, demandando à periferia a absorção de capitais e mercadorias para permitir sua reprodução ampliada.

Os Estados Unidos, com aumento da sua produtividade, encontrou os limites da valorização de seus capitais, visto a sua capacidade produtiva impedita de absorver mais trabalho vivo dentro da sua economia dita nacional. O aumento da composição orgânica do capital organizou o trabalho industrial a partir da extração de mais-valia relativa, alcançando um aumento salarial entre os trabalhadores que permitiu o consumo, principalmente, de bens de consumo, mas que na medida em que cada mercadoria continha menos trabalho vivo, também havia menos valor embutido nos bens industriais, como diria Marx [1867] (2023). Nesse sentido, ocorre o aquecimento da sua economia, na qual a superprodução leva a desvalorização de uma coleção de mercadorias que, ao não serem consumidas, não realizam seu valor, tornando-se ociosos. Nisso existe um nó gerado em seu processo produtivo, na qual a desvalorização dos seus capitais não encontrariam sua valorização internamente, já que sua produtividade levava a um nível que continuaria a diminuir o valor por mercadoria.

O que é possível perceber é que a inovação tecnológica, ditando a produção, impõe um limite na absorção de trabalho vivo: a absorção de mais trabalhadores ao processo produtivo, ao invés de permitir um aumento no consumo das mercadorias, faria o seu inverso, isto é, levaria a uma hiperprodutividade na qual haveria mais mercadorias disponíveis que não seriam consumidas. O excesso de capitais, portanto, precisava buscar, na periferia do capitalismo, sua possibilidade de valorização.

Nessa esteira, ao buscar alguns dados da época, retirados de Alfredo (2013), podemos constatar que o nível de poupança das famílias norte-americanas, além da queda de receitas das empresas americanas, demonstram o processo explicado acima. A capacidade de consumo das famílias já excedia o montante necessário para absorver a quantidade de mercadorias disponíveis. Por outro lado, as empresas compreendendo esse esgotamento, passaram a investir seus capitais, seja em investimentos ou em plantas industriais, nos países periféricos, para buscar a valorização dos seus capitais.

Gráfico 1| Relação entre gastos e receitas nos EUA em bilhões de U\$ - 1947



Fonte: Economic Report of the President, 1947, p. 06. Acesso em: 01/07/2024.

Dessa perspectiva, se comprehende que as trocas entre mercadorias, trabalho e investimento se tornam insuficientes em uma realidade super produtiva, na qual se torna necessário a exportação para a periferia desses capitais, determinando um padrão de trocas que demanda a formação de um mercado interno nestes países, que se configura de maneira internacional, principalmente a partir dos empréstimos internacionais.

A política externa americana a partir de 1949 e anos seguintes, portanto, começa a ver nos países periféricos não somente uma forma de consumo de mercadorias e capitais produtivos que reiterem as trocas internacionais seguindo os padrões ingleses de relações externas. (...) A nova determinação desta política externa vincula-se não mais à necessidade de que os consumos de capitais externos pela periferia da reprodução social capitalista mundial fossem tão meramente a reiteração de uma economia agrária exportadora, como se o pode caracterizar o período de exportação do café através, especialmente de São Paulo e, posteriormente o Norte do Paraná, na década de 30, no caso brasileiro. Mobiliza-se, ao contrário, um consumo de capital que seja, ao mesmo tempo, um aprofundamento de uma divisão social do trabalho para que se torne possível o consumo de capitais produtivos excedentes no interior da economia americana. (...) Não bastava meramente ser exportador de produtos primários. Mas agregado à exportação de matérias-primas, o nível de desenvolvimento social brasileiro deveria incorporar a importação de capitais

produtivos excedentes, de modo que a configuração social brasileira deveria, ainda que caricaturalmente, equiparar-se aos sentidos da reprodução capitalista norte-americana (ALFREDO, 2013, p. 268).

A industrialização brasileira se caracterizou como absorção dos capitais ociosos americanos que encontraram na periferia o trabalho que permitiria a reprodução dos seus capitais, enquadrando o Brasil nos ritmos da sua produtividade.

Capítulo III - Trabalho Familiar e Modernização Periférica: os sitiantes na franja pioneira paulista na década de 1950

3.1 Em busca do chamado *Norte do Paraná*

O Norte do Paraná, enquanto regionalização do espaço geográfico nacional, está entrelaçado com a sua dimensão econômica, que estabelece particularidades na maneira pela qual se realiza a reprodução do capital. As características físico-naturais, que permitem com que determinado ramo da atividade agrícola - o café - tenha obtido sucesso na sua produção, não permitem com que o desenho regional seja feito apenas pelos seus aspectos fisiográficos. Apesar de terem contribuído para expansão dos fazendeiros e pioneiros do café, os atributos econômicos, isto é, a maneira pela qual a rotação do capital se organizou para que houvesse diferenciação do espaço econômico nas áreas do Norte do Paraná, permitindo com que se possibilitesse suas particularidades diante do restante da organização produtiva nacional. Partindo do conceito de *região* de Francisco de Oliveira (1981), em *Elegia para uma Re(ligião)*, entendemos como parcela do espaço nacional que, ao possuir uma lógica específica de reprodução ampliada, manifesta diferenças, apesar da associação com o conjunto da economia nacional e internacional.

Nessa leitura em que estamos em consonância, o autor comprehende que o sistema produtor de mercadorias, com seu caráter mundial, determina aos países centrais, pelo seu nível de produtividade, certa *homogeneidade* (*ibid.*, p. 22) espacial - resultado da intensa expropriação histórica dos valores produzidos na periferia -, e com suas práticas imperialistas, decorrentes da concentração e centralização dos seus capitais, organizaram as economias periféricas como associações entre atividades produtivas “nacionais” com os interesses de valorização internacionais, desenhando um quadro em que há diferenças na forma pela qual ocorre a reprodução ampliada ao longo do território dos países periféricos, determinando *heterogeneidades* (*ibid.*, p 22). A subsunção formal e real do capital no Brasil atuaram, dessa maneira, como lógica necessária para que alcance determinado nível de acumulação que permita com que o valor se valorize em sua escala mundial. Suas relações de produção, ao divergirem da maneira pela qual se organizavam no centro, manifestou, no país, certa divisão regional do trabalho, na qual áreas ditas “periféricas” serviam como reserva de valor para permitir a modernização das áreas ditas “centrais” dentro do universo nacional, que por sua

vez estavam associadas com os ditames internacionais do capital, manifestando diferenças econômicas e políticas na sua organização, apresentando *formas* específicas.

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (...) É possível reconhecer a existência de espaços econômicos-políticos-sociais onde, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem no entanto penetrar propriamente na produção; tal região se diferenciaria de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital industrial - em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma *indústria* - o responsável pela reprodução do sistema; assim, sucessivamente, as diversas *formas* de reprodução do capital conformariam “regiões” distintas (OLIVEIRA, 1981, p. 29).

Nessa perspectiva, há, no chamado Norte do Paraná, uma periodização da sua ocupação que se expressa em três divisões dentro da sua regionalização: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Os três momentos de povoamento das terras fronteiriças coincidem com diferenças na organização produtiva ao longo do tempo, revelando inconsistências com a tentativa de homogeneizar a região. Para além de diferenças em relação aos seus aspectos físico-naturais, há, também, diferenças em como se deu o acesso à terra e quais foram os sujeitos hegemônicos nesta organização espacial. Por isso, é importante caracterizar cada momento (Velho, Novo e Novíssimo) de ocupação da área chamada de Norte do Paraná.

3.2 O Norte Velho, Novo e Novíssimo

O avanço do café até as terras paranaenses no início do século XX foi condicionada, para além da extensão da produção cafeeira paulista, muito bem apreendida por Pierre Monbeig (1984), pela crise que a economia ervaateira passava, aliada ao aumento do preço do café no mercado internacional decorrente do fim da Primeira Guerra Mundial. O café, visto como problema nacional, ou seja, como produto social que dirigia a economia brasileira, tinha no Norte do Paraná os estímulos necessários para se reproduzir.

A busca pela produtividade do solo, associada ao avanço das infraestruturas, com a extensão da Estrada de Ferro Sorocabana até Ourinhos, permitiu com que os pioneiros do café fossem em direção à fronteira. Com a ocupação do solo, os fazendeiros, com certa acumulação permitida pela produção cafeeira, investiram no prolongamento dos trilhos da Sorocabana até Cambará, a partir da criação da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

Entretanto, pelos baixos níveis de capitalização não conseguiam concluir sua construção, dependendo dos capitais ingleses que buscavam valorização como aqueles que permitiriam sua realização. Para isso, contaram com a Missão Montagu, do Lord Montagu, que ao visitar o Brasil para buscar áreas de investimento para produção algodoeira, encontra uma imensidão de terras dispostas a serem valorizadas e que demandam redes viárias para escoar a produção, que são construídas a partir da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) (CMNP, 1975). Aqui, portanto, a divisão do trabalho não atua como desenvolvimento das forças produtivas causada pela acumulação cafeeira, mas como crise da reprodução capitalista mundial que encontra na periferia a valorização.

O aumento da produção e da produtividade na região aqui destacada está relacionada com as políticas econômicas adotadas pelo Governo Central após 1940, quando há a suspensão dos limites impostos, em 1931- que virtualmente impedia a plantação de novos cafeeiros, a partir do imposto anual para cada novo cafezal, buscando favorecer a formação dos preços do café, notadamente aqueles nas áreas que vinham se esgotando, no caso, no Oeste Paulista, junto ao fim da destruição da mercadoria para buscar regular a sua oferta. Assim, pode-se expandir a produção cafeeira nas suas áreas mais produtivas, acessando a renda da terra e intensificando o processo de povoamento a partir da produção cafeeira.

Antecedendo esse processo, entretanto, a partir de Bragueto (2007) compreendemos que houveram tentativas de ocupação da região, precedendo a colonização efetiva. Na primeira metade do século XIX, houve, por parte do Governo Imperial, a tentativa de ocupação das áreas ao leste daquilo que classificamos como Norte do Paraná, nas cidades hoje conhecidas como Jataizinho e São Jerônimo da Serra. Por conta das disputas e indefinições dos limites territoriais brasileiros, o Segundo Império buscou estabelecer comunicações com a província de Mato Grosso, fronteiriça com os países da região, para manter sua coesão territorial anexada ao Estado Brasileiro. A solução encontrada foi a fundação de uma Colônia Militar no Norte do Paraná, que iria estabelecer a conexão entre as áreas fronteiriças com o Governo Imperial, denominada de Colônia Militar do Jataí, buscando proteger as vastas áreas ao oeste do Império. A colonização militar da época buscou estabelecer um aldeamento urbano, a partir da liderança de João da Silva Machado que, por designação da Coroa, tentou organizá-la, mas também utilizou as vastas áreas “vazias” para grilagem de terras e extensão das suas propriedades, formando imensos latifúndios.

Apesar da tentativa de ocupação efetiva da região, pela falta de infraestrutura que dificultava a escoação da produção, a colônia militar não obteve nenhum sucesso econômico ou populacional, levando ao seu isolamento e abandono por parte das estratégias militares da época de colonização do território nacional, à espera de outra conjuntura, que se realizaria na década de 1930, em que houve uma efetiva ocupação dessa porção do território nacional, interligando suas vastas áreas férteis à economia cafeeira que penetraria no estado paranaense.

Nessa perspectiva, da primeira metade do século XIX até o começo do século XX, as áreas que percorriam o Rio Itararé, no Norte do Paraná, se reduziram a uma ocupação com baixa densidade demográfica, com práticas produtivas extensivas que dificilmente tinham interligações com o restante da economia nacional. Mas a partir do século XX, com a penetração da produção cafeeira no Paraná, o chamado Norte Velho passa por mudanças. Houve, a partir dos investimentos de capitais paulistanos, sobretudo de Francisco Matarazzo, a expansão da criação de porcos, com a instalação de frigoríficos, além da extensão da plantação de café, que contou com o prolongamento da malha ferroviária paulista para os limites fronteiriços com o Paraná, possibilitando o acesso à renda da terra por parte dos cafeicultores no Norte Velho, organizando a estrutura fundiária a partir de grandes estabelecimentos produtivos, algo diferente que podemos notar com a ocupação, a partir da década de 1930, do chamado Norte Novo, por companhias de colonização.

No início do século XX, com o aumento do plantio de café ultrapassando as fronteiras ao sul do Estado Paulista, novas áreas do Norte do Paraná foram integradas a esse processo, principalmente na década de 1930, com a colonização das terras por parte de Companhias Colonizadoras. Esse novo momento da ocupação, com um caráter intensivo, dirigido pelos empreendimentos imobiliários, se deu nas extensões de terras denominadas de Norte Novo. Com o declínio da produção ervateira no Paraná, o governo provincial viu suas receitas diminuírem e encontrou, na venda de terras devolutas, a solução para recompor as contas públicas, além, como dito anteriormente, da penetração da frente pioneira na região. O governo estadual, portanto, interessado no aumento das suas receitas, concedeu mais de 2.000.000 ha para as companhias de colonização que acessaram a renda da terra pelo parcelamento, em pequenos lotes, das terras devolutas que passaram a ser de sua administração. Para além das pequenas companhias imobiliárias, a CTPN (Companhia de Terras do Norte do Paraná) se destacou como o empreendimento que dirigiu a colonização

dessa região, contando, em um primeiro momento, com capitais ingleses, depois vendida para empresários e proprietários brasileiros.

Por fim, a última fase da ocupação do Norte do Paraná se refere ao Norte Novíssimo, que ocorreu entre as décadas de 1940 até 1970, com características muito semelhantes à ocupação do Norte Novo, ou seja, com os empreendimentos imobiliários dirigindo a colonização das áreas. Entretanto, os lotes de terras eram distribuídos e vendidos por companhias de colonização menores, como a CCBPL S/A (Companhia Colonizadora Brasil Paraná Loteamento S/A), CCSC (Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz) e ECNPL (Empresa Colonizadora do Norte do Paraná Ltda) (Bragueto, 2007). Há, por outro lado, diferenças na utilização das terras, por conta do declínio da produção cafeeira no Brasil a partir da década de 1960. Apesar de sua colonização ter sido acelerada pela produção cafeeira, com a sua crise, de 1960 a 1970 as lavouras permanentes vão sendo substituídas pelas pastagens e a expansão da pecuária.

Compreendendo as distintas fases da ocupação do Norte Paraná, percebemos que a ocupação dirigida no Norte Novo durante as décadas de 1930 à 1960 que se caracteriza como o momento de difusão das pequenas propriedades de terras pelas companhias colonizadoras, sobretudo a CTNP, que atuaram na transferência de valor para a realidade urbana-industrial da época, repondo o valor das atividades produtivas industriais. Apesar da importância da colonização das outras áreas nos outros momentos, sobretudo o Norte Velho, para formação da realidade agrária norte-paranaense, é na década de 1950 com os sitiante no Norte Novo em que há o aumento da produção cafeeira necessária para geração das divisas que permitiram o acesso aos empréstimos internacionais que deram o impulso modernizador do país, como discutido no capítulo anterior. Nesse sentido, ao se discutir a importância do Norte do Paraná no processo de industrialização do país, é necessário ressaltar que a regionalização pelas características em comum de uma determinada área do território nacional apresenta seus limites ao não apreender os movimentos flexíveis da atividade econômica em uma realidade mobilizada pela produção de valor. A tentativa de organizar traços rígidos para visualizar a realidade produtiva se demonstra importante para delimitar o processo social, mas precisa ser compreendida como parte do movimento da rotação do capital, sendo, portanto, mutável.

3.3 Constituição do mercado de terras pela CTNP

Em 1975, em função da comemoração dos 50 anos da criação da Companhia de Terras do Norte do Paraná, foi escrito um livro dos percursos da empresa de colonização, desde sua fundação até suas atividades na época. Com a utilização de fotos, histórias e depoimentos dos envolvidos no processo de formação da empresa, o livro serve como relato biográfico das ações da CTNP no chamado norte paranaense. Apesar de seu conteúdo propagandístico, serve como referência para analisar de perto como se constituiu o mercado de terras no Norte do Paraná. Vejamos seus principais pontos.

Em princípios da década de 1920, o Governo Brasileiro junto das autoridades inglesas buscavam procurar soluções para a situação da economia nacional, visto o aumento do endividamento externo, principalmente dos capitais ingleses. Para isso, se formou a Missão Montagu, chefiada pelo Lord Montagu, que contava, para viajar ao Brasil, Lord Lovat, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate, multinacional algodoeira inglesa. Nessa missão, além de buscar soluções para a situação fiscal brasileira, também buscavam maneiras de expandir a produção agrícola da Sudan Cotton no país, aplicando seus capitais por aqui. Simultaneamente, alguns fazendeiros que recentemente tinham buscado colonizar a porção norte do Estado do Paraná vinham tentando expandir a Estrada de Ferro Sorocabana até o Paraná, ligando os municípios de Ourinhos e Cambará, mas com poucas disponibilidades de investimentos, a empresa, Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, não conseguiu finalizar a construção ferroviária. Vendo a chegada dos ingleses e de sua missão no país, enxergavam ali a possibilidade dos investimentos restantes para prolongar os trilhos e, dessa maneira, contaram com a infraestrutura necessária para escoar sua produção. Para chamar a atenção dos ingleses, publicaram no jornal *O Estado de São Paulo* uma reportagem mostrando, com certo ufanismo, as possibilidades de investimentos no Norte do Paraná.

(...) Os referidos concessionários, pedindo o traçado com seu ponto inicial na margem esquerda do Rio Paranapanema, a 6 kilómetros de ourinhos, estação da Estrada de Ferro Sorocabana, o fizeram certos de que essa estrada aí viria fazer entroncamento com a de sua concessão, e, em razão do discorrer só por essa parte do Estado, foi dado à Companhia que organizaram o actual nome de Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná (...) E o trafego desse trecho, relativamente pequeno, vae surpreender pela sua renda, pois a linha ferrea até a florescente povoação de Cambará (...) como centro de produção cafeeira, terá desde logo para transportar a prodigiosa produção de cerca de cinco milhões de cafeeiros em pujança, toda a fantastica produção de cereais que abastece em larga parte o mercado de São Paulo, e, mais ainda, conta com a importação que é sempre volumosa em zonas novas, onde

as construções e instalações de indústrias tomam desde logo forte incremento (O Estado de S. Paulo, 1924 *apud* CMNP, 1975, p. 48).

Vemos, a partir desse trecho retirado da página do jornal, como os proprietários e fazendeiros de terras buscavam demonstrar a importância da ferrovia no plano estadual para que conseguissem acessar a renda da terra e, também, permitir a valorização dos capitais ingleses, demonstrando o quanto promissora seria a região do Norte do Paraná.

Em 1925, com uma reunião entre alguns fazendeiros e Lord Lovat, os ingleses enxergam a possibilidade de investir nas terras paranaenses, vendo que havia a possibilidade de comprar as terras ao redor da estrada de ferro, constituindo um mercado de terras lucrativo. Com uma reunião junto dos acionistas da Sudan Cotton Plantations, decidem fundar a Brazil Plantations Syndicate Ltd, com um investimento de 200.000 libras, além de sua subsidiária no país, administrada por brasileiros, que seria a Companhia de Terras do Norte do Paraná, com capital inicial de 1.000 contos de réis (CMNP, 1975). Junto com isso, também compram algumas fazendas na região para o plantio de algodão, que era a ideia inicial da Missão Montagu. Entretanto, com o declínio da produção algodoeira, a empresa passa a se chamar Paraná Plantation Ltd e passa a se dedicar para a organização do mercado de terras, com o investimento nas infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, além do repartimento das terras para sua venda.

Na constituição do mercado de terras, é importante discutir, também, a expropriação característica das compras das terras por parte da CTNP, de posseiros que ocupavam as terras e que posteriormente viriam a ser de propriedade da companhia. O filho de Antônio Moraes Barros, primeiro presidente da companhia, fornece um depoimento interessante a respeito.

Os estudos preliminares, elaborados ainda em 1925, quando meu pai examinava a legitimidade dos títulos das terras oferecidas à Companhia, demonstraram que a empresa deveria fixar seu campo de ação numa área situada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, que por aquela época era disputada ferozmente por grupos antagônicos constituídos por posseiros e por possuidores de concessões outorgadas pelo governo do Estado do Paraná. Surgiu, portanto, em razão dessa contenda, o primeiro grande problema a enfrentar pelos colonizadores ingleses. Se não se eliminasse essas dúvidas, ninguém teria coragem de aplicar dinheiro na compra das terras que a Companhia pretendia lotear. O plano posto em prática visando o apaziguamento foi dispendioso mas seguro: com a aprovação prévia do governo do Estado do Paraná, a Companhia de Terras adquiriu títulos de concessões inseguros e posses referentes a uma área de 415 mil alqueires. Em seguida, propôs às autoridades o seguinte: Se o governo nos vender essas mesmas terras pelos preços estabelecidos em leis, rasgamos estes papéis discutíveis e acabaremos com o litígio

que está retardando o desenvolvimento do Estado. Assim, embora pagando duas e até três vezes pelas terras, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada. Entre 1925 e 1927 a Companhia fez mais algumas compras, somando finalmente suas transações um total de 515.000 alqueires de terras fertilíssimas, cobertas de mata. No Paraná manifestou-se desde logo a compreensão e o apoio do Governo Estadual, que tinha à sua frente a figura do saudoso Dr. Affonso de Camargo, cuja decidida colaboração muito influiu para o êxito da transação. A Companhia contou, mais tarde, com a colaboração do Dr. João de Oliveira Franco, jurista eminente a quem o empreendimento deve os mais assinalados serviços. (...) A Companhia de Terras do Norte do Paraná adquiriu a maior parte de suas terras - 450.000 alqueires - pela quantia de 8.712 contos de réis, em 1925, diretamente do Governo do Estado do Paraná. Deve-se levar em conta que a falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por leis em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil réis por alqueire paulista de 24.200 metros quadrados (CMNP, 1975, p. 59).

Por “*grupos antagônicos*” (CMNP, p. 59), compreendemos os posseiros que tinham sua vida social estabelecida a partir do autoconsumo das atividades agropecuárias realizadas pelo trabalho familiar, baseado em um baixo grau de monetização. Pensando nisso e na ideia da companhia de terras, de venda de lotes, esses sujeitos seriam descartáveis para o processo social que vinha se constituindo, se apresentando, na verdade, como entraves. Lendo o depoimento acima, podemos notar que era necessário sua expulsão, a partir do entrelaçamento entre a companhia e a administração pública, para que se comprassem os títulos das terras. Vemos essa associação entre o público e o privado na fala do filho, que aponta o apoio dado pelo Governo Estadual para o empreendimento, expresso na venda das terras por um preço baixo.

Nesse escopo, com os títulos de terras juridicamente legais, se partiu para compra da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, para dar continuidade aos prolongamentos dos trilhos até as áreas de produção de café, sendo concluída em 1934, com sua chegada até o município de Londrina, também criado pela empresa colonizadora.

Figura 1| Ponte ferroviária sobre o rio Tibagi, entre Jataizinho e Londrina



Fonte: Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, 1975, p. 75

Com as compras das terras e das ações das ferrovias, a companhia partiu para organizar seus investimentos nos lotes de terra. Para além das pequenas propriedades rurais, a colonização efetiva por parte da CTNP foi organizada a partir da criação das cidades, com patrimônios entre elas que contariam com centros comerciais, junto com os lotes vendidos na área rural que estariam ao redor dos núcleos urbanos criados, cortadas por estradas vicinais, que permitiriam o escoamento da produção dos sitiantes.

Pierre Monbeig (1984) buscou compreender as formações urbanas determinadas por uma realidade agrária na franja pioneira paulista, com as criações dos patrimônios urbanos e das cidades. Para o autor, o mercado de terras impulsionou, a partir da década de 1930, a “sementeira de cidades” (*ibid.*, p. 338), que se multiplicaram de acordo com a extensão da produção agrícola liderada pelas companhias colonizadoras. Paralelo aos loteamentos rurais, havia a fundação dos patrimônios urbanos, que formaram pequenos núcleos para permitir o

desenvolvimento da atividade rural, onde os sitiante tinham acesso, por exemplo, às máquinas que permitiam o despolpamento do café para sua comercialização.

[Os patrimônios] têm todos os mesmos aspectos: casas de tábuas, com tetos de telhas vermelhas, orlam numa fila hesitante, uma rua principal, a estrada, em geral sem esgotos, nem calçadas. Às vezes, algumas ruas perpendiculares desembocam bruscamente dos cafezais e dos campos de algodão, na artéria central. Uma grande praça ervosa (...) abrange a igreja, um cruzeiro, uma escola e umas poucas casas de alvenaria (MONBEIG, 1984, p. 339).

Também é sempre o pequeno patrimônio um ponto de parada para os motoristas de caminhão e, ao mesmo tempo, um centro comercial. Algumas lojas concentram a maior parte dos produtos necessários aos sitiante, para o seu trabalho, alimentação e vestuário. Completa-se o quadro, se se lhe acrescentar uma serraria, algumas máquinas para o descarregar do algodão, descascar o arroz e despolpar o café (MONBEIG, 1984, p. 339-340).

A fundação dos patrimônios urbanos, para além do suporte oferecido aos sitiante, também foi, com o tempo, possibilitando uma urbanização acelerada que as caracterizou como cidades. O autor demonstra como a troca entre produtos industriais e agrícolas -entre comerciantes e sitiante - nas cidades possibilitou a formação de um mercado interno. Para isso, contou com a importância das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias para permitir a circulação das mercadorias necessárias para atender as demandas crescentes tanto das famílias proprietárias de terras quanto dos moradores dos patrimônios que floresciam e se transformaram em cidades.

Por formação de um mercado interno entendemos a estruturação da divisão social do trabalho, estabelecendo uma divisão entre campo e cidade. Entretanto, no caso do Norte do Paraná, a divisão do trabalho não coincidiu com a cisão entre agricultura e indústria, na qual a formação do trabalho industrial permitiria o florescimento de uma realidade urbana. No nosso caso, ao contrário, foram as atividades produtivas agrícolas que determinaram uma forma urbana de ser, com sua organização servindo para permitir com que os sitiante tivessem infraestrutura para o cultivo do café.

Apesar das especializações produtivas no setor de serviços (rede hoteleira, igreja, comércio, escolas etc), as cidades, diferente da formação urbana dos países centrais, não se constituiu pela reprodução industrial, que tingia as cidades com as fábricas, na qual, na década de 1950, ainda não se realizava um desenvolvimento das forças produtivas que demandava uma especialização produtiva.

3.4 De CTNP à CMNP: O comando dos brasileiros no mercado de terras

Apesar do sucesso do empreendimento colonizador, com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo britânico, necessitando financiar a guerra, demanda que os investimentos feitos no exterior pelos ingleses fossem redirecionados para seu país. Além disso, o Brasil passava pelo Estado Novo (1930-1945), quando o governo de Getúlio Vargas buscava nacionalizar a economia para que florescesse a industrialização no país, facilitando as transações de empresas internacionais para capitais de empresários brasileiros. Nesse contexto histórico, a CTNP, comandada por Lord Lovat, atendendo aos pedidos do Governo Britânico, vende para alguns brasileiros a companhia, que passaria a se chamar CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), que seria composta por acionistas paulistas.

Na década de 1940, também, atrelado à política desenvolvimentista varguista, o surgimento das indústrias no país, principalmente em São Paulo, demonstraram a necessidade de financiamento para que conseguissem se reproduzir. Buscando extrair a renda de alguma atividade, isto é, da possibilidade de haver transferência de valor para o ramo industrial, encontraram nos pequenos proprietários de terras a chance de a partir do preço da terra conseguirem a renda necessária para o financiamento. Nisso, a compra da CTNP serviria para, com as glebas de terra, conseguir expropriar dos sitiantes a renda da terra.

O diretor da CMNP entre a década de 1940 e 1950, Gastão de Mesquita Neto, explicou como funcionava a compra dos lotes de terra e a sua organização.

A zona rural colonizada pela Companhia foi dividida em pequenos lotes, de área variável, demarcados de tal maneira a incluirem todos eles uma parte de baixada e uma de espigão. Constatam, ainda, com água corrente e acesso por estrada de rodagem. Na parte de baixada o colono geralmente constrói sua casa, planta um pomar e uma horta, cerca um pasto, enfim, produz o necessário para a subsistência. Nos trechos mais elevados, menos atingidos pelo frio, estende o seu cafezal, que constitui a sua fonte principal de renda (CMNP, 1975, p. 114)

(...) Chegavam à região nos famigerados caminhões “paus de arara” e logo se engajaram nas turmas de derrubada de mata para plantio do café. Neste trabalho, que era rude mas de boa paga, conseguiam amealhar algumas economias, já com o objetivo de adquirir um lote da Companhia. Quando suas economias atingiam um certo valor, procuravam um dos escritórios de vendas da empresa colonizadora e manifestaram seu desejo de comprar terras. Visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia esta módica por ser o ano de abertura da

propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano (CMNP, 1975, p. 124).

Lendo o relato é possível compreender que o pagamento do preço da terra se dava ao longo de pelo menos quatro anos, com o pagamento de juros sob a terra. Aos sitiante, para efetivarem o pagamento, dependiam da produção de café, que ao escoar sua produção conseguiam uma quantia monetária necessária para isso. Diferentemente dos sitiante do Oeste Paulista, a partir da década de 1930, os situados no Norte Novíssimo conseguiram pagar o preço da terra, se enquadrando dentro do trabalho socialmente necessário, apesar da baixa composição orgânica do capital que dificultava o encurtamento desse tempo e de uma maior produtividade entre as fileiras de café.

De qualquer modo, aqui é importante ressaltar, como dito, como a transferência do capital da companhia de terras para os brasileiros se deu em um contexto de transferência de valor das áreas agrícolas para as industriais. Gardenal (2018) aponta para a evasão de renda gerada para fora do estado com os rendimentos gerados pelo mercado de terras, com a presença de bancos de fora do Paraná, principalmente paulistas, na qual os rendimentos gerados ali eram utilizados para financiar os empreendimentos em outros estados, sobretudo no florescimento industrial paulista. Monbeig (1984) também, ao analisar as compras dos lotes de terras da Companhia Norte do Paraná, descobriu a utilização, por parte das classes médias urbanas, dos lotes de terra como capital de reserva, que compravam as terras e, a partir de um movimento especulativo, buscavam esperar o aumento do seu preço para realizar sua venda para os sitiante.

3.5 A Franja Pioneira Paulista

Pierre Monbeig (1984) conceituou a expansão citada acima como *franja pioneira paulista*. Aqui o povoamento se realizava de maneira distinta daquela observada primeiramente por Monbeig nas produções cafeeiras em direção ao Oeste Paulista na segunda metade do século XIX. Enquanto nas terras do sertão paulista a expansão capitalista ocorria a partir dos posseiros e fazendeiros, com a abertura de maneira manual das matas e fazendas, na franja pioneira a expansão capitalista, fundamentalmente a partir da década de 1930, se empreende com os projetos empresariais de colonização para venda de lotes para famílias migrantes que se tornaram sitiante. O caboclo deixa de ser o “guardião das terras” (Fujicava, 2013) e a compra de terras por parte das companhias e suas aberturas se realizam a partir dos

pressupostos de um mercado de terras que vem se constituindo desde a modernização pela qual o país passa na década de 1930. Nos loteamentos, o parcelamento das terras se dá pela função do agrimensor, que levando em consideração as características físico-naturais da área, as divide de acordo com acesso às redes viárias e ferroviárias e também com acesso às águas dos rios que cortam a paisagem natural.

Os pioneiros deixam de ser os fazendeiros e se personificam nas famílias migrantes, oriundas das fazendas de café no Oeste Paulista, que pela guarda de *certo* rendimento monetário dos salários e principalmente das vendas dos produtos alimentícios produzidos intercalados aos pés dos cafezais, permitiram a compra dos lotes das companhias colonizadoras, mediante o pagamento parcelado acrescido dos juros. Em *A Zona Pioneira do Norte do Paraná*, Pierre Monbeig (1945) demonstra que o povoamento ao Norte, baseado sobretudo nos empreendimentos da Companhia de Terras do Norte do Paraná, se compõe a partir dos loteamentos urbanos e rurais. Junto aos sítios, havia também núcleos urbanos que serviam para o escoamento da produção agrícola, além dos provimentos dos equipamentos necessários para realização destas atividades e para reprodução social dos ditos sitiantes (hotéis, farmácias, mercearias, etc.). Dentro dos lotes, cada família realiza a construção das casas de madeira e a formação do sítio a partir do uso do caboclo no derrubamento da mata e da família nas construções necessárias para sua reprodução (rancho, galinheiro, áreas de cultivo). Dependendo de pouco capital disponível, após a compra do lote, busca produzir para autoconsumo em parcelas da sua terra e na outra a produção dita comercial para comercialização, em dois ou três anos auferindo algum lucro que disponibiliza para pagar o restante do lote e das mercadorias que não produz (tecidos, pólvora, ferramentas).

Enquanto se processa a construção da casa de morada, começa a derrubada cuja técnica já foi meticulosamente descrita por Deffontaines; não há pois necessidade de repeti-la; os processos, aliás, variam pouco. No norte do Paraná, como em outros lugares, a derrubada é raramente feita pelos próprios colonos. O mais comum é entregar este serviço a trabalhadores especialistas, na maioria caboclos da região ou então a turmas de baianos que costumam empreitar este gênero de serviço. As vezes são lenhadores dos países bálticos que se encarregam deste trabalho. Outras vezes - mas isto raramente - dois ou três colonos vizinhos se reúnem e fazem um "mutirão". No meio dos troncos, apenas derrubados, o colono começa a semear o milho ou, nas colônias japonésas, o arroz. Com o feijão, que dá duas colheitas por ano, acha-se assim garantida a subsistência da família por um ano, com ligeiro complemento tirado do pequeno capital inicial indispensável. Do segundo ano em diante o colono pode tirar algum lucro do seu algodoal ao qual virá juntar-se o café no fim de mais dois

anos. Êstes dois produtos garantem, com a venda de porcos, o dinheiro necessário para o pagamento final do lote, para a compra de roupas e das ferramentas indispensáveis. Mas ao mesmo tempo que a produção cresce, ela tende a variar (MONBEIG, 1945, p. 13).

Figura 2| Família de Pioneiros em seu lote, 1932



Fonte: Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, 1975, p. 67

A partir das descrições de Pierre Monbeig, é possível visualizar as relações entre o mercado de terras, valorização e produção familiar. Os pagamentos dos lotes se expressam na busca dos capitais na sua forma imobiliária de encontrarem sua valorização no preço da terra, reservando aos sitiante esse papel. O nível de valor determinado, entretanto, demanda aos pioneiros um nível de produtividade aquém das possibilidades produtivas dentro dos sítios pelo trabalho manual que é feito. Aqui, o sitiante está inserido em uma lógica de valorização mundial do valor na qual os capitais utilizados nos empreendimentos imobiliários buscam sua valorização para reposição de um valor não realizado industrialmente. Aos sitiante, apesar de estarem imersos em uma lógica familiar de circulação simples, estão inseridos na reprodução ampliada mundial. Seus rendimentos auferidos com a produção cafeeira servem para o

pagamento do preço da terra, com sua reprodução social sendo determinada pela produção de alimentos dentro do sítio para autoconsumo e consumo de algumas mercadorias não produzidas internamente. Fujicava (2013), partindo de Kurz (1993), concebe a lógica dos sítiantes como *sujeitos monetarizados sem dinheiro*, na qual se constituem dentro do sistema moderno produtor de mercadorias mas sua sociabilidade não é determinada exclusivamente pelo consumo de mercadorias, mas pela transferência de valor às companhias que determinam uma sociabilidade do sujeito a partir da produção dos seus próprios meios de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nosso trabalho de graduação individual, buscamos apresentar como em uma realidade periférica, expropriada das formações categoriais do capital, isto é, como aquele que não acumula, quando busca dar um salto de modernização, formando uma realidade industrial, necessita repor o valor de alguma outra atividade produtiva para permitir com que se realize sua reprodução ampliada. No caso brasileiro, a agricultura, com seu caráter exportador, serviu como aquele que, expropriado de sua renda agrícola, daria um suporte para o florescimento industrial. Nesse sentido, os sitiante, com a compra dos seus lotes, tiveram suas rendas agrícolas expropriadas para o pagamento do preço de terra que, em um primeiro momento, transferiu valor para a Inglaterra e, durante a década de 1940 e 1950, para grupos brasileiros que encontravam no mercado de terras o valor necessário para financiar as atividades industriais.

Compreendemos que ao invés de uma ruptura entre o setor agrícola e industrial, houve uma simultaneidade na expansão entre as suas atividades. Para acessar os empréstimos internacionais que permitiram a reprodução do capital no território nacional, era preciso expandir a produção agrícola que, com suas exportações, formariam as divisas que permitiram a tomada de empréstimos, sobretudo do capitalismo norte-americano. Por outro lado, o mercado de terras também demonstrou ser lucrativo, com a especulação do preço da terra, que levou a sua formação para valorizar os capitais que enxergavam no parcelamento das terras as possibilidades de permitir uma acumulação capitalista.

Durante esse processo, o Norte do Paraná, como região de matas “virgens”, sem utilização para realização do trabalho abstrato, com suas terras férteis, se apresentou aos olhos daqueles que buscavam valorizar seus capitais. A criação da Companhia de Terras do Norte do Paraná foi o pontapé inicial para a organização das atividades produtivas a partir da década de 1930, que deu o impulso modernizador na região, com a produção do café. Nessa região, as determinações agrárias, com as glebas de terras, determinaram a formação de uma realidade urbana, com seus patrimônios. Nisso, enxergamos diferenças com os países centrais, que concebem a realidade urbana como uma cisão com as atividades agrícolas.

*

Por último, ficamos com algumas perguntas para aprofundar, em um possível Mestrado, as determinações agrárias de uma realidade urbano-industrial.

A realidade industrial paulista, foi, em grande parte, determinada pela transferência de valor de outras regiões do país, como o Norte do Paraná, ou apenas da expropriação da renda agrícola dos sitiante do Oeste Paulista?

É possível quantificar a transferência de valor realizada entre as atividades agrícolas do Norte do Paraná e a formação da indústria no país?

Se os sitiante do Norte do Paraná não se endividaram e pagaram o preço da terra, por qual motivo não houve uma acumulação capitalista nacional na região Sul do país?

REFERÊNCIAS

- ALFREDO, A. **Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço**. São Paulo, Annablume; Fapesp, 2013.
- BRAGUETO, C. R. **O comportamento territorial do Norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira**. In: FRECA, T. M.; CARVALHO, M. S. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. v. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 1975.
- COSTA, E. M. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FUJICAVA, R. **Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: A violência necessária na franja pioneira paulista (1930 - 1960)**. Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP. São Paulo, 2013.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- GARDENAL, L. A. S. **Café e Indústria no Norte do Paraná (1940-1970)**. Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP. São Paulo, 2018.
- JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor**. Portugal: Antígona, 2006.
- KURZ, R. **O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia da Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. **Ontologia Negativa: Os obscurantistas do Iluminismo e a metafísica histórica da Modernidade**, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2003/01/ontologia.htm>
- LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2023 [1867]
- MARTINS, J. S. **O cativeiro da Terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

- MONBEIG. P. “A zona Pioneira do Norte do Paraná”. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº25, p. 11-17, 1945
- _____. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec. Polis, 1984.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. “**Introdução**”. In: *Elegia para uma re(ligião): sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná, 1981.
- PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. “**O sentido da colonização**”. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1954.
- STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VALENTE, P. R. **Modernização periférica na ocupação do norte do Paraná: determinação agrária na produção das cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – FFLCH-USP. São Paulo, 2018.